

1. Informações Gerais

Data: 12/03/2025	Horário: 14h30 às 16h30	Local: CNJ e Videoconferência
Participantes: Dr. Gabriel Matos - Secretário de Estratégia e Projetos Dr. Fábio Cesar Oliveira – Juiz auxiliar da Presidência e coordenador do DGE Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE/CNJ Gabriela Teixeira da Cunha Lobo - Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário/DGE CNJ Marcos Vinícius Silva Campos – CNJ Dra. Maria Paula Cassone Rossi - Juíza auxiliar da presidência - STJ Elaine Nóbrega Borges – Assessora-Chefe de Gestão Estratégica – STJ Dr. Inácio Oliveira – Juiz auxiliar da presidência TST e CSJT Dúlio Mendes Soares – Assessor de Governança e Gestão Estratégica TST e CSJT Sabrina Beatriz Ribeiro Pereira da Silva – Secretária de Modernização e Gestão estratégica - TSE Daniel Carlos Lima Corrêa – Coordenador de Gestão Estratégica e Socioambiental - TSE Dr. Erivaldo Ribeiro dos Santos – Juiz auxiliar da presidência - CJF (Virtual) Meirielle Viana Pires - Secretária de Estratégia e Governança - CJF (Virtual) Márcio Lobo – Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia - STM (virtual) Carlos André Junqueira Nunes – Titular da unidade de gestão estratégica - TRF4 (Virtual) Manoel Acacio Leite Neto – Titular da unidade de gestão estratégica - TRE-PE (Virtual) Dr. Alexandre Érico Alves da Silva – Juiz auxiliar da presidência - TRT21 (Virtual) Dirceu Victor Monte de Hollanda – Titular da unidade de gestão estratégica - TRT21 (Virtual) Hildemar Faria Vasiliauskas – Titular da unidade de gestão estratégica - TJMSP (Virtual) Alexsandro Silva Santos – Assessor de Gestão Estratégica - TJBA (Virtual) Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato – Titular da unidade de gestão estratégica - TJAM (Virtual) João Victor Silveira Rezende – Titular da unidade de gestão estratégica -TJMG (Virtual) Adriana Mesquita – Diretoria de Planejamento - TJGO (Virtual) Dr. Rafael Sandi – Juiz auxiliar da presidência -TJSC (Virtual)		

Equipe Técnica do DGE:
Fabiana Andrade Gomes e Silva
Gabriela Teixeira da Cunha Lobo
Marcos Vinícius Silva Campos
Maria Eduarda Lima Dantas

2. Pauta da reunião

- 1) Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Retomada de ações de implementação da comunicação da Estratégia Nacional);
- 2) Noticiar as etapas do Ciclo de Gestão das Metas Nacionais;
- 3) Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Apresentação de cronograma).

3. Principais pontos debatidos

Dr. Gabriel Matos - CNJ: Iniciou agradecendo a presença de todos, incluindo juízes, juízas e servidores dos tribunais estaduais, e passou a palavra ao Dr. Fábio Cesar para dar as boas-vindas e iniciar os trabalhos da reunião.

Dr. Fábio Cesar Oliveira- CNJ: Agradeceu a presença de todos e destacou a importância da reunião, que marca o início do processo de definição das estratégias nacionais do Poder Judiciário para o próximo período de seis anos. Explicou que o processo será dialógico, envolvendo escuta e cooperação com os tribunais e conselhos do Judiciário brasileiro. Apresentou as principais etapas do processo, que se estenderá até o primeiro semestre de 2026, quando será aprovada a nova resolução que guiará os próximos seis anos. Destacou a importância do ciclo de gestão de metas nacionais, criado pela Portaria CNJ nº 141/2024, e mencionou o diálogo já iniciado com diversos tribunais para aprimorar o cumprimento das metas. Enfatizou que o objetivo final é prestar jurisdição de forma adequada, com foco não apenas em números, mas também na qualidade e na resolução de conflitos.

Fabiana Gomes - CNJ: Reforçou a importância do processo de revisão da Estratégia Nacional ser participativo e colaborativo, como foi feito no ciclo anterior, e destacou que sugestões e críticas são sempre bem-vindas. Enfatizou a necessidade de conhecer a realidade de cada ramo da justiça para a constituição, execução e monitoramento da estratégia.

Dr. Fábio Cesar Oliveira- CNJ: Destacou que, em 2025, iniciou a implementação da Portaria CNJ 141/2024, que estabelece o ciclo de gestão das Metas Nacionais, representando uma inovação significativa no planejamento estratégico nacional. Foram selecionados até dois tribunais de cada segmento para participar deste processo. Informou que estão sendo observados impactos concretos e positivos, especialmente na padronização de dados e identificação de oportunidades de aperfeiçoamento, buscando a melhoria contínua. Mencionou a possibilidade de utilização de plataformas eletrônicas para votações e aprovações, reduzindo a necessidade de reuniões presenciais, tornando o processo mais ágil e participativo, permitindo que os Macrodesafios sejam aprovados de forma eletrônica, sem depender exclusivamente de encontros setoriais.

Mencionou a possibilidade de contribuições ao cronograma, possibilitando aos tribunais que enviem sugestões de inclusão ou redução de etapas para tornar o processo mais sucinto. Destacou a importância da comunicação da estratégica, em parceria com a comunicação social do CNJ, para engajar o Poder Judiciário. Logo após, apresentou a proposta de cronograma de revisão da Estratégia Nacional, que inclui etapas como: questionários aos tribunais em março, consulta pública em setembro, e refinamento das propostas até outubro, com aprovação final prevista para junho de 2026. Enfatizou a necessidade de reflexão sobre a revisão da estratégia nacional, incluindo a missão, visão e valores do Poder Judiciário, e convidou os participantes a contribuírem com sugestões para aprimorar o processo.

Fabiana Gomes - CNJ: Reforçou que o processo de revisão da estratégia anterior foi longo, mas necessário para garantir a antecipação da nova resolução. Destacou a importância da participação de todos os ramos do Judiciário, inclusive para validar a missão, visão, valores e desafios. Lembrou que, no processo anterior, houve contribuições detalhadas de tribunais, o que enriqueceu a construção da estratégia.

Sugeriu que o comitê gestor de cada segmento seja mais ativo na disseminação do processo, evitando a centralização no CNJ, e no Comitê Gestor Nacional. Propôs a realização de palestras e reflexões para engajar os participantes, noticiando o 4º Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário, agendado para o dia 3 de abril de 2025, com foco em perspectivas para os próximos seis anos. Concluiu reforçando a disposição da equipe para receber sugestões e críticas, e pediu que os representantes enviassem suas contribuições de ajustes do cronograma até 14 de março por e-mail colocar o e-mail. Enfatizou também a importância das contribuições que serão recebidas pelo questionário de avaliação/diagnóstico a ser enviado no final de março, que ficará aberto por 15 dias para coleta de feedbacks.

Dr. Fábio Cesar Oliveira - CNJ: Ressaltou que no Encontro de Gestão Estratégica, deste ano, haverá uma palestra sobre cenários prospectivos e experiências inovadoras. Refletiu sobre as mudanças no Judiciário ao longo de 20 anos, desde processos em papel até a digitalização, e enfatizou a importância de se pensar no perfil do Judiciário para os próximos seis anos.

Dr. Gabriel Matos - CNJ: Reforçou que a reunião tem caráter democrático e colaborativo e que a rede terá dois desafios principais para o ano de 2025: a fixação das metas anuais para o próximo ano e a elaboração dos Macrodesafios, que serão votados no final do ano e formalizados em resolução do CNJ em 2026. Destacou que as reuniões periódicas para elaboração das metas começarão em maio, e pediu a colaboração de todos para o sucesso do processo e passou a palavra para os demais integrantes do Comitê Gestor:

Daniel Carlos Lima Corrêa – TSE: Aprovou o cronograma apresentado e sugeriu uma reflexão sobre a mudança dos coordenadores dos comitês gestores que está prevista no final do ano, questionando se isso poderia impactar a continuidade do trabalho.

Fabiana Gomes - CNJ: Explicou que pode haver mudança na Portaria CNJ 59/2019, que regulamenta a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, incluindo a atualização de cargos desatualizados e possibilitando a prorrogação dos mandatos dos coordenadores dos comitês gestores. Observou que é importante que os tribunais tenham os mesmos representantes nas reuniões do Comitê Gestor Nacional, a fim de compreender os debates ao longo do processo de revisão, garantindo a continuidade.

Alexsandro Silva Santos – TJBA: Apoiou a antecipação do cronograma e sugeriu que os indicadores dos Macrodesafios venham com metas e alvos definidos, facilitando o desdobramento das ações nos tribunais. Destacou a importância da comunicação ativa entre os membros para o sucesso do processo.

Fabiana Gomes - CNJ: Explicou a complexidade de desdobrar a Estratégia Nacional em metas específicas para cada Macrodesafio, mas entende que as Metas Nacionais do Poder Judiciário fazem esse papel, além das metas institucionais serem elaboradas visando ao atingimento dos Macrodesafios. Esclareceu que as políticas judiciárias nacionais impulsionam os Macrodesafios e que entende que os órgãos podem desdobrar a Estratégia Nacional no nível de metas institucionais e ações estratégicas.

Manoel Acacio Leite Neto – TRE-PE: Sugeriu a realização de audiências públicas e a criação de um repositório digital para armazenar documentos e contribuições, facilitando o acesso e a transparência do processo de revisão.

Fabiana Gomes - CNJ: Informou que no ciclo passado foi criada uma página pública para a revisão da estratégia nacional no portal do CNJ, em que havia o cronograma e as demais informações disponibilizadas. Sugeriu que, além de enviar as informações por e-mail, será criada página, substituindo a página anterior, garantindo transparência e facilidade de acesso às informações.

Dr. Inácio Oliveira – TST e CSJT: Sugeriu a criação de uma página de acompanhamento que inclua o tratamento dado às sugestões recebidas, desde as instâncias locais até as superiores. Acredita que isso aumentaria o engajamento dos participantes, pois muitos têm a sensação de que suas contribuições não são consideradas ou visualizadas. Destacou que um painel de feedback sobre as sugestões ajudaria a fortalecer a sensação de pertencimento e a comunicação, incentivando uma participação mais ativa e efetiva no processo de construção da estratégia.

Márcia Rachel de Castro – TJAM: Sugeriu que o CNJ inclua no cronograma as datas específicas para as reuniões dos subcomitês, especialmente para facilitar a organização no Norte, onde há dificuldades em alinhar agendas. Acredita que isso agilizaria o trabalho e garantiria a participação de todos os membros, evitando conflitos de horários e aumentando a eficiência das discussões regionais.

Fabiana Gomes - CNJ: Explicou que o cronograma está em fase de definição e sugeriu que os representantes dos subcomitês iniciem as discussões regionais a partir do diagnóstico, que será apresentado no final de maio. Propôs que as reuniões dos subcomitês ocorram em junho, após a reunião nacional, e reforçou a importância de envolver todos os participantes no processo de revisão da estratégia. Enfatizou a necessidade de respostas críticas e sugestões ao questionário, que será enviado para embasar as próximas etapas do planejamento.

Dirceu Victor Monte de Hollanda – TRT21: Enfatizou a importância da participação dos tribunais na construção da estratégia e sugeriu que o trabalho comece imediatamente.

Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Giselly Siqueira - CNJ: Retomou a proposta de uma campanha de comunicação da Estratégia Nacional desenvolvida em parceria com as assessorias de comunicação dos tribunais. A campanha visa mostrar como o trabalho de cada um contribui para a estratégia nacional, informou que está conversando com Alta Administração e os ajustes finais serão apresentados na próxima reunião.

Fabiana Gomes - CNJ: Contextualizou a discussão sobre a campanha de comunicação, lembrando que a proposta foi elaborada no ano anterior, mas não foi implementada devido a mudanças na gestão. Reforçou a importância de comunicar a estratégia de forma clara, simples e engajadora.

Dr. Gabriel Matos - CNJ: Destacou a necessidade de cuidado na estratégia de comunicação para evitar distorções e reforçou o compromisso de avançar rapidamente com a campanha.

3. Encaminhamentos

❖ Finalização do Cronograma:

- Tribunais e conselhos enviarem sugestões/considerações à proposta de cronograma apresentado na reunião; e
- CNJ divulgar o calendário com as etapas previstas para a revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

❖ Revisão da Portaria da Rede de Governança

- CNJ - Avaliar e propor alterações na portaria, incluindo atualizações de cargos e a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos coordenadores dos comitês gestores.

❖ Criação de Repositório Digital

- CNJ - Avaliar e estabelecer um repositório digital (página da revisão, Google Drive ou similar) para armazenar documentos, apresentações e contribuições, garantindo transparência e fácil acesso.

❖ Realização de Audiências Públicas:

- CNJ - Avaliar a viabilidade de realizar audiências públicas para coletar contribuições e sugestões da sociedade, complementando o processo de elaboração da estratégia.

❖ Campanha de Comunicação Nacional:

- CNJ - Finalizar os ajustes na proposta da campanha de comunicação e apresentá-la na próxima reunião, com o foco de mostrar como o trabalho de cada um contribui para a estratégia nacional. Este será um modelo para os tribunais e conselhos realizarem a comunicação conjuntamente.